

“Não fomos contrabandistas, trabalhámos no contrabando”. Práticas de resistência e estratégias de sobrevivência¹

MARIA DULCE SIMÕES

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
mariadsimoes@gmail.com*

RESUMO:

Este texto procura atribuir inteligibilidade a las redes de relaciones sociales inherentes a las prácticas del contrabando, durante y después de la Guerra Civil Española (1936-1939), ubicadas en una línea imaginaria de demarcación de los territorios nacionales que ejerció una fuerte influencia en las formas de pensar y actuar de las poblaciones. Desde la década de 1990, el proceso de institucionalización de las zonas fronterizas como espacios europeos, imaginados en oportunidades políticas y económicas, buscaba revertir la desertificación de estos territorios rurales envejecidos. Las prácticas del contrabando se transformaron entonces en “productos turísticos”, expuestos en espacios públicos y museológicos, consumidos en rutas que apelan al contacto con la naturaleza, despojados del secreto y de las relaciones sociales que les atribuyan significado. Presentemente, los intercambios, tensiones y conflictos entre los grupos sociales subordinados y el Estado, durante las dictaduras ibéricas, plantean el cuestionamiento del contrabando de hambre como praxis de resistencia, estructuradora de solidaridades rayanas.

PALABRAS CLAVE: *contrabando de hambre; frontera hispano-portuguesa; prácticas de resistencia; patrimonio cultural.*

¹ Versão alargada da conferência proferida nas *II Jornadas do Contrabando*, Alcoutim, a 23 de março de 2018.

ABSTRACT

"We weren't smugglers, we worked in smuggling". Resistance practices and survival strategies

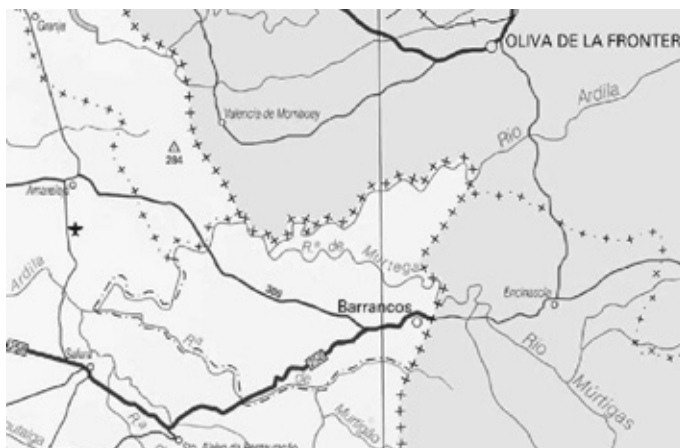
This text attempts to give intelligibility to the networks of social relations inherent to smuggling practices, during and after the Spanish Civil War (1936-1939), located in an imaginary line of demarcation of national territories that exerted a strong influence on the ways of thinking and acting of populations. Since the 1990s, the process of institutionalizing border areas as European spaces, imagined in political and economic opportunities, sought to reverse the desertification of these aging rural territories. Smuggling practices were then transformed into "products of tourism", exhibited in public and museum spaces, consumed on touristic routes that promoted contact with nature, devoid of the secrecy and of the social relationships that once attributed meaning to them. Presently, the exchanges, tensions and conflicts between subordinate social groups and the State, during the Iberian dictatorships, have raised the question of hunger smuggling as a practice of resistance as a structural part of borderland solidarity.

KEYWORDS: *hunger smuggling; Spanish-Portuguese border; resistance practices; cultural heritage.*

Nestes territórios estamos no lugar onde a presença próxima da fronteira determinava que à agricultura se viesse juntar como forma de sobrevivência o comércio legal ou ilegal. (...) Assim era em Serpa e em Ficalho, vias de penetração das estradas que vinham da Andaluzia. (...) E que dizer de Barrancos (...) medida como uma cunha apontada ao Andévalo, (...) onde os homens de origem espanhola coabitam com os de origem portuguesa (Matoso et al, 1998: 35).

Num passado anterior ao declínio da agricultura e aos fluxos migratórios dos anos sessenta, os trabalhadores rurais complementaram a subsistência económica na agricultura com o contrabando. Esta atividade consolidou relações de interdependência económica, que uniram os dois lados da fronteira luso-espanhola numa cultura de resistência aos estados ibéricos (Cunha, 2006; Godinho, 2011; Rovisco, 2013; Simões 2016). Com a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia (1986) e a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, a vida das populações raianas sofreu profundas alterações (Podadera Rivera e Calderón Vázquez, 2014). A partir do Tratado de Maastricht (1992), o turismo passou a ser oficialmente reconhecido como o eixo central do desenvolvimento das periferias rurais da Europa, nas quais se encontram as zonas fronteiriças dos estados ibéricos. A política regional europeia, especialmente o programa de cooperação transfronteiriça INTER-REG, o processo de institucionalização das áreas fronteiriças e a sua projecção

como espaços imaginados de oportunidade política converteram a fronteira luso-espanhola num espaço desarticulado, heterogêneo e diversificado (Cairo *et al*, 2018). Ao envelhecimento e desertificação do território correspondeu o desaparecimento da memória coletiva dos grupos, associada a modos de vida e práticas culturais, a que os poderes políticos contrapõem uma memória social patrimonializada e turistificada ao serviço do desenvolvimento local. Neste contexto, os municípios transformaram as práticas do contrabando em “produtos turísticos”, despojando-as da conflitualidade e complexidade inerentes à vida social e ao contexto histórico em que foram produzidas. Neste texto procuro atribuir visibilidade e inteligibilidade às relações sociais e aos significados associados à prática do contrabando na raia do Baixo Alentejo, que permanecem na memória colectiva de homens e mulheres que as experienciaram, a partir do cruzamento de fontes documentais e orais recolhidas no âmbito de um estudo anteriormente realizado (Simões, 2013).²



Localização da área de estudo.

² As narrativas das pessoas que gentilmente partilharam comigo as suas memórias são integradas no texto em cursiva, para se destacarem de outras fontes.

As populações raianas do Baixo Alentejo partilharam com os vizinhos espanhóis da Extremadura e da Andaluzia um processo histórico marcado por condições políticas, socioeconómicas e culturais para as quais contribuíram a influência árabe na península, a conquista cristã, o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, a agricultura e a pecuária como principais atividades económicas. No séc. XIX a política de desamortizações concentrou a propriedade fundiária num grupo restrito, e a “posse da terra” estabeleceu as relações de produção que desenharam as classes sociais nos campos do sul (Martínez Alier, 1968; Cutileiro, 2004). O sistema latifundiário de exploração agrícola capitalista limitava o mercado de trabalho a pouco mais de seis meses, e as elites agrárias diminuíam a possibilidade de contestação das classes subordinadas por meio da caridade e da prestação de favores, extraindo tributos materiais em forma de trabalho e obrigações em formas simbólicas de reverência e submissão. Neste contexto não se identificavam conflitos abertos, mas estratégias de resistência quotidiana na luta pela subsistência: as “armas dos fracos” (Scott 1985).

O CONTRABANDO E OS REPRESENTANTES DO ESTADO NA FRONTEIRA

Nos estudos locais e académicos sobre regiões fronteiriças, o contrabando é um tema incontornável na análise dos processos de interação social entre populações, associado a estratégias económicas (Valcuende del Rio, 1998; Hernández *et al*, 1999; Pujadas Muñoz *et al*, 1999; Moncusí Ferré, 2003; Medina, 2005; Cunha, 2006; Freire *et al*, 2009; Godinho, 2011; Rovisco, 2013; Simões, 2013). Na antinomia entre práticas locais e políticas nacionais o contrabando adquiriu diferentes significados: 1) na lógica local foi justificado pelas carências económicas das populações que encontravam nesta actividade “mais um trabalho”; 2) na lógica estatal foi penalizado juridicamente como atividade ilícita, por meio de um corpo de leis, regulamentos e organizações legitimadoras do poder do Estado na fronteira. A Guarda Fiscal (GF)³ representou um símbolo de poder do Estado na fronteira, pela acção fiscalizadora na circulação de bens e pessoas, e como instrumento de uma política pragmática “que visava a obtenção de receitas fiscais em defesa dos interesses da Fazenda Pública” (Cunha, 2006: 173-174). Na década de 1930, a reorganização da corporação militar e o combate ao contrabando constituíram uma prioridade do ditador António de Oliveira

³ A Guarda Fiscal foi criada em 1885, a partir dos Guarda-Barreiras, como um corpo especial de tropas destacados da antiga Guarda Real da Polícia para o serviço fiscal e aduaneiro.

Salazar, Ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros. Coube então ao general Alexandre Malheiro, homem de confiança do regime, a missão de reestruturar a corporação militar. Para o efeito, em 1933 percorreu a fronteira terrestre e litoral do país, visitando os postos das secções agregadas aos três batalhões territoriais e alguns postos fronteiriços periféricos, dependentes das respectivas secções. Segundo o seu relatório:

*(...) Em todos os Batalhões tive ocasião de verificar a miséria, quase geral, dos aquartelamentos dos vários postos, e, até, de algumas unidades mais importantes, como secções, companhias e mesmo Batalhões, especialmente o n.º 3 do Porto, e ainda o grande número de praças já em avançada idade que se encontram dispersas pela fronteira terrestre sem condições físicas para bem desempenharem o serviço. Ouvi vários queixumes sobre os exíguos vencimentos que as praças recebem, tanto no activo como na reforma. (...) Certifiquei-me também das vantagens de se modificarem algumas disposições sobre os serviços fiscais em ligação com a Alfandega, como sejam os postos de despacho e de pescado, a instrução de processos, a selagem e leilão de mercadorias, etc. (...).*⁴

Sobre o contrabando teceu as seguintes considerações:

*(...) Consta também que algum contrabando de perfumaria e muitos outros artigos de fabricação espanhola se faz pela fronteira da Beira Baixa, e por Barrancos (Alentejo) (...) Crê-se, de resto, que este contrabando é bilateral, fazendo-se também em larga escala de Portugal para Espanha. (...).*⁵

O contrabando praticado na fronteira do Alentejo era “exercido por um infinito número de indivíduos que à sua prática se dedicam operando isoladamente, e conhecedores seguros do terreno infiltram-se com rara habilidade pelas malhas da fiscalização”.⁶ Segundo o general a ineficiência da GF no combate ao contrabando não dependia da organização, mas da escassez de meios devido à contenção de despesas que impuseram a redução de efectivos. Os militares no activo eram, na sua maioria, “incapacitados para o serviço”, devido à integração de indivíduos oriundos de diversas profissões, que em virtude da crise económica procuravam alternativas de trabalho nesta organização.

⁴ ANTT, Arquivo Salazar, Guarda Fiscal, AOS/CO/FI.25, (1929-1965), relatório de 1933, pp. 12-13.

⁵ *Idem*.

⁶ ANTT, Arquivo Salazar, Guarda Fiscal, AOS/CO/FI.25, (1929-1965), relatório de 1933, pp. 73-79.

(...) Quer dizer: o homem, o soldado, obediente ao dever, está no seu lugar, mas o agente fiscal com as qualidades requeridas não existe. O recrutamento das praças deveria ser pois, quanto possível regional que recaindo em indivíduos adaptados por criação ao meio em que têm de operar. E com eles familiarizados, estivessem pelo menos em condições de igualdade às dos contrabandistas a quem se têm de opor. Cada soldado assim recrutado trazia abundantes elementos de informação para a fiscalização constituídos pela família e afins e é desnecessário frisar a importância de tal facto. (...).⁷

Em regiões onde a agricultura oferecia emprego mal remunerado e sazonal, a existência de um posto fronteiriço rasgava horizontes de esperança, traduzidos na oportunidade de emprego certo e na ascensão social. Esta realidade repercutiu-se na vida de muitos homens, que após o serviço militar solicitaram a integração na GF com recomendações das elites agrárias. Os requerimentos ao Ministério da Guerra encontrados no Arquivo Municipal de Barrancos, solicitando a integração na GF após o cumprimento do serviço militar, levavam a chancela do “patrono”, que em muitos casos coincidia com a pessoa do presidente da Câmara Municipal ou de outras figuras de prestígio económico a nível local. O privilégio não era extensível a todos, estava condicionado por relações de dependência e lealdade para com os patrões, sendo os eleitos: “os filhos da casa”.⁸ Ao prestarem “um favor” aos subordinados, os patrões reforçavam o poder, restando ao beneficiado a obrigação de retribuir condignamente, oferecendo em troca a sua lealdade e “dependência moral” (Cutileiro, 2004: 218). Este sistema de trocas assimétrico transformava “o favor do patrão” num sentimento duradouro de gratidão, susceptível de conter qualquer acto subversivo. As relações de poder consolidavam a dominação dos grandes agrários e criavam constrangimentos ao desempenho profissional dos beneficiados. No sentido de evitar situações de interdependência, ou cumplicidades locais, o Estado determinava a colocação dos seus representantes em localidades distantes das terras de origem, procedendo a constantes transferências para que não criassem laços com as populações, que pudessem perverter o cumprimento das suas funções. Como recordaram alguns barranquenhos:

⁷ *Idem.*

⁸ Os “filhos da casa” representavam um grupo de trabalhadores fixos que permaneciam ligados durante várias gerações à mesma família de proprietários rurais, como os “criados grave”, os “encarregados”, ou os “ganadeiros”.

De seis em seis meses aparecia uma remessa de guardas fiscais novos. Naquele tempo quase tudo ia para a guarda fiscal e o Comando estava lá em cima no Norte, e iam para o Norte mas logo os mandavam para aqui. E quando vinham para aqui logo vinham um pouco bravos, não deixavam passar nada até se habituarem, parte deles casaram cá e aqui faleceram, como o cabo Rato e o Simões que estava no posto de despacho (António Caeiro).⁹

Todos vinham à casa do meu pai quando chegavam, logo o meu pai os inteirava e dizia que tinham de comprar um tecido para o bernal, e eu fazia-lhe o bernal para o avio e a mochila e o paradeiro deles era na nossa casa, tanto que as minhas irmãs, as duas casaram com guardas fiscais. A minha irmã Arlete casou com um de Oliveira de Azeméis que já morreu, e a minha Judite com um senhor de Ovar (Maria Bárbara Rato).¹⁰

O primeiro que me lembro, que andei na escola com a filha, foi o sargento Borges. Depois veio o sargento Simões que também tinha duas filhas (...) E depois ultimamente estive o sargento Silva que tinha uma filha. Mas também me lembro do cabo Rato que as filhas são da minha idade, a Maria Bárbara, e tinha um filho que também era guarda fiscal (Maria das Dores Ortega).¹¹

O meu pai foi guarda fiscal, mas antes de ser guarda foi contrabandista. (...) O meu pai nunca quis ser guarda aqui, porque é sempre a questão da família, e era complicado. (...) Depois, a vida dá estas peripécias e deixamos de estar num lado da barricada e passamos para o outro. É a evolução, e por outro lado é perceber que nesses tempos, embora alguns senhores que usavam farda não perdoavam nada a ninguém, havia outros que fechavam os olhos (Nelson Brejano).¹²

⁹ António Segão Caeiro (Barrancos, 1916) era o mais velho de quatro irmãos. O pai era seareiro e comerciante de mercearia, e a mãe costureira e tecelã. Por morte do pai teve de abandonar a escola e começou a trabalhar no campo. Aos 11 anos começou a guardar gado. Em períodos de falta de trabalho dedicou-se ao contrabando. Foi seareiro e comerciante, e o último proprietário do Café Currito. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 24/9/2007.

¹⁰ Maria Bárbara Rato (Sobral d' Adiça, 1922), filha do cabo Rato da GF, fixado em Barrancos desde 1935. Casou com um trabalhador rural que se dedicava ao contrabando. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/9/2007.

¹¹ Maria das Dores Ortega Raio (Barrancos, 1927) era filha de comerciante e de mãe doméstica. O seu grupo de amigas integrava filhas de lavradores, comerciantes, funcionários públicos e artesãos. Era sobrinha de Sebastião Macias Barroso (Administrador do Concelho de Barrancos 1934/1937), comerciante, proprietário de uma fábrica de moagem, e da central de electricidade. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

¹² Nelson da Costa Brejano (Barrancos, 1971) era filho de um trabalhador rural, contrabandista e soldado da GNR e de mãe doméstica. Nelson foi Presidente da Câmara de Barrancos (2001-2005),



Maria Bárbara
Rato, 2007,
foto da autora.

A vida das pessoas dificilmente se reduz ao cumprimento de leis e regulamentos impostos “de cima”, ou a submissões, mas da satisfação de necessidades e interesses concretos. Por isso, e independentemente do controle do Estado e das subordinações formais a que estavam submetidos, os militares da GF criaram vínculos com as populações, decorrentes da própria dinâmica da vida social, expressos em relações de amizade, de matrimónio e em cumplicidades locais. Alguns familiares tinham acesso a informações privilegiadas, sobre as rondas das patrulhas, que utilizavam em seu benefício e de amigos e vizinhos, como testemunha Maria Bárbara Rato, filha do cabo Rato da GF.

(...) Olhe, eu chegava a saber para onde o meu pai mandava a ronda e ia avisar dois ou três que estavam ali na rua do Baldio, que eram muito pobrezinhos e governavam-se com cinco quilos de café. Quando ouvia o meu pai a falar com os guardas que esta noite iam para tal sítio, eu estava sempre à coca para avisar essas pessoas que eram muito pobres, coitadinhos, assim Deus me esteja a ouvir como verdade estou falando.

Numa perspectiva económica os guardas fiscais tinham o privilégio de um vencimento certo, comparativamente aos demais trabalhadores rurais. Em 1936, um soldado da guarda fiscal com dez anos de serviço ganhava 16\$16 por

e candidato independente do PS ao cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Barrancos, nas eleições autárquicas de 2009. É funcionário público no Registo Predial de Silves, onde vive actualmente. Excerto da entrevista realizada em Barrancos a 5/10/2009.

dia, um pedreiro ganhava 12\$00, e um trabalhador indiferenciado 7\$00 (valor equivalente ao de um trabalhador à jorna). Os grupos sociais mais desfavorecidos encontravam na actividade do contrabando uma fonte de rendimentos suplementar, mas os guardas fiscais não foram excepção.

Os que melhor se governaram foram os guardas fiscais. Isso aqui com o contrabando se fez de tudo. (...) Eles também nessa altura não ganhavam muito, um guarda fiscal ganhava nessa altura talvez trezentos escudos por mês, com trezentos escudos por mês a fome andava ali próxima em algum que tivesse dois ou três filhos (...) um que esteve aqui, que casou com uma moça aqui de Barrancos, esse dava passes. Se juntavam oito ou dez contrabandistas falavam com ele para saberem por onde deviam ir, mas lhe tinham que dar. Ele mesmo perguntava: “- Quantos quilos levam?”, se levassem duzentos quilos tinham que dar duzentos escudos, ele é que fazia o preço, mas os outros iam sem medo já (Agostinho Carvalho).¹³

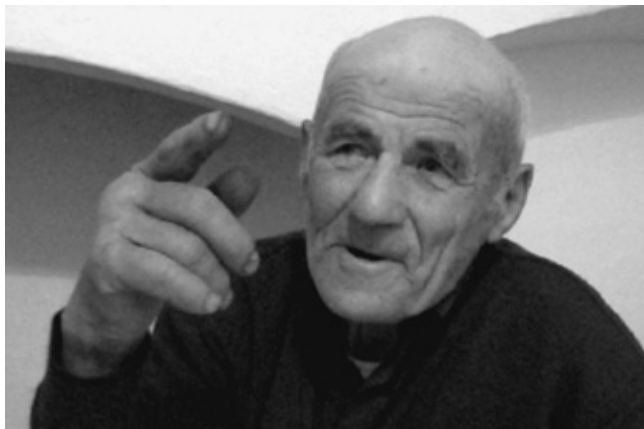
(...) Os guardas também o que ganhavam. Não era o que ganham hoje, tinham que vender-se, e que faziam? Por exemplo, se eles haviam de estar na ponta deste caminho, diziam que estavam nesta, e então a gente passava por aqui com o cavalo carregado de duros em prata pela noite adentro (Maria dos Remédios Ramos).¹⁴

Eu ia à sorte, mas pagar pela coisa nunca, nunca. Eu, toda a gente me invejava, aí nessas casas em frente sempre moraram guardas fiscais e nós morávamos aqui, mesmo já depois de casado morava aí um de Stº Aleixo que era uma excelente pessoa mas nunca tivemos grandes conversas, ele era guarda fiscal e eu era contrabandista (Domingos Caiadas).¹⁵

¹³ Agostinho Gavino Carvalho (Barrancos, 1931) filho de trabalhador rural e mãe doméstica foi apadrinhado pelo Dr. Felipe de Figueiredo e pela esposa. Trabalhou no campo e no contrabando mas sempre no grupo familiar, emigrou para França, foi mecânico em Castro Verde, cobrador da Barroquense durante 14 anos, e motorista da Câmara Municipal de Barrancos de onde se reformou. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

¹⁴ Maria dos Remédios Comprido Ramos (Camarate, 1925 – Barrancos, 2008), Maria dos Remédios Ramos nasceu em Camarate, Lisboa, em 1925, filha de trabalhadores rurais, foi apadrinhada por Maria Bella Pulido e José Adrião. Foi trabalhadora rural, contrabandista e proprietária de um café na Praça, onde vivia aquando da nossa primeira conversa em Junho de 2006. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

¹⁵ Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929) filho de trabalhadores rurais concluiu o ensino primário em Barrancos, e começou muito jovem a trabalhar no campo e no contrabando. Foi seareiro, emigrou para França em 1961 e fez contrabando até 1976. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.



Domingos
Caiadas, 2008,
foto da autora.

A lei imposta pelos Estados, na regulação do intercâmbio comercial definido pelos limites jurídicos administrativos, entrou muitas vezes em contradição com a interacção quotidiana daqueles que partilhavam o mesmo espaço geográfico, submetidos a um poder político que pretendia limitar e controlar as relações sociais entre grupos de diferentes Estados (Valcuende del Rio, 1998). Neste sentido, as relações dos guardas fiscais estavam pautadas por sentimentos complexos e divergentes, por cumplicidades tecidas no quadro das relações de amizade e parentesco, que uniram homens e mulheres de ambos os lados da fronteira.

(...) O meu pai enamorou-se de uma espanhola, com isso do contrabando, e fez-lhe um filho. Tenho lá um irmanito espanhol, e nós sempre o acarinhámos. (...) Ela era viúva, tinha três filhos e teve de deitar-se ao contrabando, era modista, costureira, coitadinha, mas uma mulher muito séria... teve um filho mas era uma pessoa séria, ... coisas do acaso, da falta, da miséria (Maria Bárbara Rato).

Durante o período coincidente com a II Guerra Mundial (1939-1945), os estados ibéricos tiveram maior necessidade de controlar o intercâmbio de bens e de pessoas (Valcuende del Rio, 1998). O Decreto-lei n.º 31.664 de 22 de Novembro de 1941 teve como principal objectivo alicerçar as linhas mestras do Contencioso Aduaneiro Fiscal, de acordo com as novas exigências decorrentes do aparecimento de “necessidades novas”. A distinção precisa entre *Contrabando* e *Descaminho* constituiu uma importante especificidade conceptual legislativa, comparativamente ao Código Penal aprovado pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886. No novo decreto era considerado *Contrabando* toda

a mercadoria que não entrava ou saía do país através das alfândegas locais, onde era legalmente obrigatória a sua passagem. O *Descaminho* aplicava-se às mercadorias que, embora passando nas alfândegas, tentavam fugir ao pagamento total ou parcial dos direitos a que estavam submetidos (Salvado, 1996). O Decreto-lei de 1941 introduziu ainda outra alteração igualmente importante, camuflada numa justificação sustentada no “estímulo de zelo pelo serviço”, fixando em 50% a parte que cabia aos apreensores ou participantes, independentemente do montante da apreensão. Anteriormente, por decreto de Dezembro de 1926, esse valor só era considerado em multas até 20.000\$00, e tudo o que excedesse, na parte que cabia ao apreensor, era de 25%. O Estado pretendia obter um maior empenho dos militares da GF, traduzido na rigidez do controlo das barreiras alfandegárias e na repressão a qualquer tentativa de desenvolvimento marginal de pequenos fluxos económicos regionais trans-fronteiriços (Salvado, 1996: 182).

A actuação dos guardas fiscais estava em consonância com a realidade social e dependente das relações construídas nas comunidades, mas por vezes acontecia intervirem em volumosas apreensões, resultantes de denúncias. Esta forma de actuação não se prendia com a zelosa defesa dos interesses da Fazenda Pública, mas de interesses pessoais mais pragmáticos. Em Barrancos, “o caso do Borrvalho” foi o mais paradigmático caso de delação e o mais relatado por diversas pessoas, por representar uma das penalizações mais duras a nível local, e questionar as relações de vizinhança na comunidade.

Foi uma denúncia, que deram, porque nessa altura a denúncia era metade, o denunciante recebia metade da apreensão. Aquele que fez a denúncia recebeu doze contos, que nessa altura era muito dinheiro, e toda a gente aqui em Barrancos sabe quem foi, tanto que ele comprou uma vacas taurinas e as pessoas quando viam passar as vacas diziam: ”- As vacas do Borrvalho onde andam?” (Agostinho Carvalho).

Éramos sete, nos apanharam na loja do Borrvalho, do pai do Borrvalho, nessa altura o António teria aí uns cinco anos. (...) O vizinho do Borrvalho deu uma denúncia e então estava um guarda na porta da rua do quintal e o sargento estava na rua, escondido num canto. (...) Fomos ao Posto, e o sargento foi nosso amigo e nos disse para nas declarações dizermos que o café era do Borrvalho, eram quatro da madrugada e nos deram um cafezinho. Depois foi buscar o Borrvalho com medo que ele fugisse, mas às cinco da manhã já lá estava, e às nove da manhã fomos todos aqui às Finanças. (...) Ele teve que pagar nessa altura cinquenta contos e lhe fecharam a

porta da loja até que o rapaz (o filho) fez dezoito anos, e pôde abrir a loja (Manuel Guerreiro).¹⁶

*O meu pai tinha já um bocadinho de terra e até aos meus dezoito anos dedicou-se à agricultura. Sempre gostou muito do campo e quando estava pagando a multa dos cinquenta contos comprou outra propriedade por dezoito contos, um ferragial que ainda tenho, tudo que ele comprou ainda tenho. O meu pai não podia ter comércio em Barrancos mas podia ter em Moura, mas esperou que eu tivesse dezoito anos, e na mesma casa, na mesma loja, na mesma rua, abriu novamente um comércio em nome de António Bossa Borralho, que sou eu.*¹⁷

NÃO FOMOS CONTRABANDISTAS, TRABALHAMOS NO CONTRABANDO

Ao longo do processo histórico o sistema de trocas entre populações fronteiriças constituiu uma prática de convivência, e um meio de complementar a economia familiar. Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e no pós-guerra o contrabando ganhou maior expressão, intensificando-se de tal forma que em muitas localidades as populações afirmam que este nasceu com a Guerra Civil (Rovisco, 2013: 23). A “institucionalização do contrabando” como principal actividade económica revelou-se um fenómeno paradigmático na década de 1940, quando o política de Francisco Franco contemplava a pena de morte para os infractores.

(...) El periodo de la posguerra española es precisamente una de las etapas más interesantes en la que se produce un importante recrudecimiento de la actividad contrabandista. En unos momentos en que el Estado tenía una mayor necesidad de controlar el intercambio de bienes y personas, es cuando las necesidades de las poblaciones fronterizas se traducen en una intensificación de las actividades comerciales al margen de la ley. (...) (Valcuende del Río, 1998: 301).

¹⁶ Manuel Torrado Guerreiro (Barrancos, 1924), filho de trabalhadores rurais, começou a trabalhar no campo e dedicou-se ao contrabando com o grupo familiar. Excerto da entrevista realizada em Barrancos a 21/8/2008.

¹⁷ António Bossa Borralho (Barrancos, 1935 – Beja, 2010), filho de lavrador e comerciante. Excerto da entrevista realizada no seu estabelecimento comercial em Barrancos, a 31/1/2008.

As senhas de racionamento, em função da pertença a meios rurais ou urbanos e do estatuto económico-social dos sujeitos, desencadearam uma economia informal que canalizou os produtos essenciais para um mercado paralelo, vendidos a preços tão elevados que se tornaram inacessíveis à maioria da população (Rovisco, 2013). O *estrapelo* converteu-se então numa forma de vida que afectou as relações sociais, e a luta por bens essenciais exigiu estratégias de combate à fome.

Em Oliva de la Frontera (Badajoz) o contrabando envolveu mais de trezentas pessoas organizadas em quadrilhas, que todas as noites arriscavam a vida atravessando a fronteira de Barrancos, em busca de sustento para as suas famílias.

*La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando, (...) pasaban pan, pasaban harina, telas, trigo, ¡cuántas cosas se pasaban! Las mujeres en cuadrilla hasta el pueblo de Barrancos, en fin, cuestiones de la pobreza, de la miseria y de una guerra de horror (Manolín).*¹⁸

Em Encinasola (Huelva) espelhava-se a mesma realidade:

*Íbamos hasta la frontera a trocar lo que había, más de noche que de día, porque en aquellas fechas no se comía nada, pasamos muchas penas, muchas calamidades. Pasando la ribera de un lado o por otro corriendo siempre de los guardias para que no nos los quitaran, más siempre nos quitaban algo y nos llevaban para la cárcel. Éramos unas doscientas o trescientas mujeres trayendo café, y los guardias que nos esperaban, pasamos mucha hambre en aquellas fechas (Dionizia Roque).*¹⁹

Na conjuntura económica do pós-guerra, o contrabando converteu-se numa actividade económica central à subsistência da maioria das famílias de ambos os lados da fronteira. A escassez de um grande número de produtos em Espanha, como o pão e a farinha, marcaram os anos duros da guerra e do pós-guerra, sendo substituído pelo contrabando de café, como forma de vida

¹⁸ Manolín é um pseudónimo escolhido pelo sujeito (Oliva de la Frontera, 1927) filho de um pequeno rendeiro. Começou a trabalhar aos nove anos guardando porcos, aos treze dirigia uma parelha de mulas, trabalhando de sol a sol, mas sempre dentro do grupo familiar. Aos dezasseis anos iniciou-se no contrabando. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Oliva de la Frontera, a 13/6/2008.

¹⁹ Dionizia Roque Moreno (Encinasola, 1924) filha de jornaleiros, começou a trabalhar desde criança, fazendo recados às vizinhas, em trabalhos agrícolas e no contrabando. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.



Dionizia
Roque
Moreno, 2008,
foto da autora.

vinculada à fronteira. O contrabando como actividade de subsistência foi “a arma dos fracos” (Scott, 1985), estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais e dos “vencidos da guerra”, socialmente marginalizados do mundo do trabalho. Como nos diz Luís Cunha (2006), as guerras tornaram a fronteira mais dinâmica ao nível de fluxos de pessoas e bens, forjando novas oportunidades de negócio e “uma nova organização em torno de um produto específico, o café” (2006: 186). As guerras também marcaram um tempo que permanece indelével na memória das gentes raianas, estabelecido pela redefinição de estratégias económicas face a uma profunda crise de desemprego, produto de uma estrutura social assimétrica, como no caso de Barrancos.

O meu pai andou trabalhando de pedreiro e foi para o contrabando, porque não havia mais nada e as pessoas sabiam que era muito perigoso. Mas as pessoas tinham quatro ou cinco filhos e se ajudaram a levar vinte quilos de café lá para cima, andavam uns poucos de quilómetros e estavam três e quatro dias por lá, para trazerem algum dinheiro para os filhos, e enquanto não vinham os filhos andavam para aí a passar fome (Manuel Ramiro).²⁰

Eu andei ao contrabando. Fiz contrabando até, ontem pela manhã, como se dizia aqui. Enquanto pude fiz, era um mealheirinho que a gente ia

²⁰ Manuel Ramiro da Silva (Barrancos, 1935), filho de trabalhadores rurais, começou a trabalhar no campo e dedicou-se ao contrabando. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos a 8/6/2008.

José Gaspar
Guerreiro,
2009, foto da
autora



buscar lá, e graças a Deus nunca tive azar nenhum. Eu trabalhava sozinho, e comecei ao contrabando ainda com o meu pai, como ajuda do meu pai. A gente íamos a uma horta levar café, farinha, tabaco, ovos, tudo o que arranjávamos levávamos ali, porque pagavam muito bem em Espanha. Eles tinham dinheiro, mas não tinham bens, e então pagavam bem, e eu andava com o meu pai com os porcos, e chegávamos à noite e íamos da Alpedra para lá (José Gaspar).²¹

O contrabando foi uma actividade de subsistência para os subalternos, que gradualmente se transformou numa estrutura económica transversal a toda a sociedade, geradora de rendimentos desiguais. Em Barrancos, a convivência dos próprios sancionadores permitiu o enriquecimento de grupos familiares, minimizar a pobreza dos trabalhadores rurais e conter os conflitos sociais latentes. A actividade do contrabando institucionalizou-se, pela tipificação recíproca das acções desenvolvidas por diversos grupos sociais.

Dizia-se nessa altura que até o padre fazia contrabando, verdade não seria, e seria o único que não o faria. O contrabando envolvia quase toda a gente de Barrancos, vivia-se disso. As famílias ricas não necessitariam disso, mas depois usavam isso indirectamente, porque indirectamente tinham os funcionários todos. O campo nessa altura estava povoado, havia

²¹ José Gaspar Guerreiro (Barrancos, 1929-2011) filho de trabalhadores rurais começou a trabalhar com o pai como ajuda de porqueiro, e no contrabando, em 1960 emigrou para França na procura de melhores condições de vida. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 18/12/2009.

centenas de pessoas a viver no campo, e estavam em contacto, mais do que aqui a povoação, com todos aqueles espanhóis que andavam por aí (Clemente Marques).²²

As povoações fronteiriças caracterizaram-se ao longo do processo histórico pela marginalização económica relativamente aos centros de poder. As actividades económicas vinculadas à agricultura e à ganadaria contribuíam para a precariedade económica dos trabalhadores rurais em ambos os lados da fronteira, pelas características do sistema de exploração agrícola capitalista. Neste contexto, o contrabando como actividade económica alternativa e complementar à subsistência das famílias foi interpretado “como mais um trabalho” e não como uma actividade ilícita.

O pão foi um dos produtos alimentares sobre o qual incidiu uma diversidade de estratégias, em grupos familiares que encontraram na produção e venda clandestina um suplemento à parca economia doméstica. A partir de 8 Fevereiro de 1936, a produção e venda do pão foi regulamentada e reprimida pela Direcção Geral de Administração Política e Civil. Mas apesar do Administrador do Concelho ter conhecimento das medidas repressivas a adoptar, não consta que em Barrancos tenha existido alguma penalização sobre o fabrico e contrabando generalizado de pão. Num telegrama de Agosto de 1939, o substituto do presidente da Câmara solicitava ao Governador Civil o apoio das autoridades para controlar este tipo de contrabando, escrevendo: “indivíduos espanhóis, iludindo vigilância chegam a esta vila em procura de pão. Forças existentes neste concelho são insuficientes para reprimir tal contrabando visto possuir aproximadamente 50 km de fronteira”. O telegrama servia para incriminar “o outro”, quando era do conhecimento do Estado “que nos concelhos fronteiriços com a Espanha se está fazendo, em larga escala, contrabando de pão, o que determinará a carestia da vida Nacional”, assim escrevia o comandante da Polícia de Segurança Pública de Beja.²³ O presidente da Federação Nacional dos Produtores de Trigo insistia junto do presidente da Câmara de Barrancos para que fossem adoptadas medidas repressivas, ao que este respondia ter tomado as providências necessárias para “reprimir quanto possível

²² Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927). nasceu numa família de trabalhadores rurais, arrendatários e seareiros. Começou a trabalhar com o pai, num pequeno comércio de correio, e após a morte do pai estabeleceu-se por conta própria no comércio a retalho expandindo o negócio para Moura. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 2/10/2007.

²³ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos (AHMB), Correspondência enviada ao Presidente da Câmara, Ref. 644, Proc. 5/40, 25/4/1940.

tal contrabando”. Pela correspondência trocada, “as providências necessárias” limitaram-se à passagem de informação ao comandante do posto da GF, ao comandante do posto da GNR e ao responsável pelo celeiro de trigo, onde eram registadas as vendas e trocas de farinha.²⁴

Uma vez eu e o meu irmão Zé fomos a levar farinha para Espanha, enquanto a nossa mãe, e as outras mães aqui, iam para a porta do celeiro às cinco da manhã e nem quinze quilos de farinha conseguiam, porque o da fábrica de moagem estava a vendê-la de contrabando para Espanha. E nós aí nunca mais quisemos levar farinha, café e tabaco, levávamos, mas farinha nunca mais levámos (Manuel Guerreiro).

(...) chegaram a apanhar-me com pão e a trazerem-me ao quartel, porque a gente tinha só meio pão para comprar e juntávamos as senhas para levantarmos um inteiro. Também apanharam a tia Maria Duran, uma velhota que a filha fazia pão, e ela o vendia aos espanhóis. E levaram-nos ao quartel e puseram-nos incomunicáveis, uma numa habitação e outra noutra. (...) Mas me soube defender, graças a Deus, e não apanhei nenhuma multa de contrabando (Maria dos Remédios Ramos).

Os produtos “contrabandeados” variaram ao longo dos tempos em função das necessidades de ambos os lados da fronteira. Durante e após a guerra civil a passagem para Espanha incidia principalmente sobre produtos alimentares de primeira necessidade: o pão, a farinha de trigo, o grão-de-bico, o arroz, o açúcar, as batatas e o sabão. Esta actividade de trocas deve ser compreendida como “contrabando de comer”, aliado, em tempo de guerra, ao sentido de oportunidade económica percebido até pelos mais jovens.

Lembro-me que nós em novos, arranjávamos dinheiro, uns tostões que juntávamos, e comprávamos pão, e íamos vender ali à fronteira, junto ao cemitério. (...) O preço do pão dependia de quem o vendia e de quem o comprava. Os que compravam desfaziam-se de muitas coisas, que se desfizeram na altura, de ouro, de todos os bens que tinham, e precisavam de um pão para dar de comer ao filho, se lhe pediam o dobro, ou uns brincos, importavam-se do valor dos brincos? Importava-lhe o pão. São consequências de várias coisas que não são por regra, são filhas de muitos factores (Clemente Marques).

²⁴ AHMB, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), Ref. 195 e 196, 26/5/1940, e Ref.201 e 202, 27/5/1940.

AS DESIGUALDADE SOCIAIS NA ACTIVIDADE DO CONTRABANDO

Em Maio de 1938 os comerciantes mais abastados de Barrancos elaboraram um requerimento ao Sub-Secretário do Estado das Finanças, a fim de obterem autorização para a instalação de postos de exportação junto à fronteira. Iniciativa que tornou o comércio de exportação no “comércio dominante” em Barrancos, segundo resposta do presidente do município ao questionário da Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, em Outubro de 1939.²⁵ Como recordaram alguns barranquenhos:

Esses postos eram montados pelos comerciantes aqui de Barrancos, era o António Xarrama, era o José Cláudio, Manuel Telha, o senhor Costa, e o meu pai foi para lá para esses postos que ficavam na Mofadinha, mesmo na fronteira entre a Estremadura e a Andaluzia. E eu então quando saí da escola fui para lá, já tinha os meus onze anos mais ou menos, em 1942 ou 1943 que era quando estavam lá os postos, mas era tudo com autorização do Estado. Havia lá vários postos, mas o chefe daquilo tudo era um primo irmão meu que era o Manuel Gavino, que era o responsável por aquilo. Os patrões eram esses, mas ele é que era o responsável. E quando eu saí da escola esse meu primo disse-me que fazia lá falta um que soubesse ler e escrever, porque tudo o que estava lá nas cantinas, chamavam-lhes cantinas, nenhum sabia ler nem escrever (Agostinho Carvalho).

Os entrepostos comerciais designados pelos barranquenhos como “cantinas” estavam destinados ao comércio com os vizinhos espanhóis, e encontram similitudes com os designados “barracões” de Campo Maior, legalizados e autorizados como postos de venda (Cunha 2006). Luís Cunha associou-os indiretamente ao contrabando em Campo Maior, mas em Barrancos podemos afirmar terem servido de entreposto, como recordou Maria dos Remédios Ramos.

A parede da cantina era feita em duas partes e tinha uma abertura no meio onde tínhamos os caixotes para aquele contrabando forte. Depois começou a entrar o tabaco, já restos da sacarina trocados por duros de prata e depois pesetas, prata pura, e aquilo vinha em cargas que eles traziam às costas nas mochilas, e logo aquilo era carregado. Depois, como em tudo há uma persistência de dinheiro, o patrão, o dono tinha muito e

²⁵ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), 17/10/1939.

Manuel
Torrado
Guerreiro,
2008, foto da
autora.



comprava a farda à guarda que estava ali, que nos dizia que de noite a tal hora podíamos ir. Carregávamos dois cavalos e uma mula e eles andavam à pesquisa, e nós vínhamos atrás deles.

Em Abril de 1940, para além das “cantinas” existentes foram construídos e registados em matriz predial, onze “prédios urbanos ou barracões construídos de pedra solta e tapados com chapas de zinco todos situados na herdade das Russianas (...) em todos os onze prédios foi exercido comércio pela primeira vez dentro do referido mês de Abril”.²⁶ Segundo carta enviada ao Governador Civil, em Maio de 1940, os produtos exportados eram: café, tecidos de algodão, calçado de borracha, papel de fumar, açúcar e arroz, “sendo esta exportação feita na sua totalidade para Espanha”. O “comércio de exportação” permitiu a empregabilidade de várias famílias.

Os comerciantes daqui pediram ao dono das Russianas, aos Fialhos para os deixar montar umas barracas ali, num bocado de terreno à beira da fronteira. Eram umas barracas tapadas com chapa, eram umas poucas, dos comerciantes. Os espanhóis estavam ali a comprar as coisas, logo passavam para o lado de lá e as tiravam ou eram presos, ou lhes davam um tiro, que chegaram a matar algum. O meu pai estava de guarda, o dono das Russianas deu aquilo a um sobrinho e os comerciantes tinham de pagar por cada

²⁶ Livro de Actas das Sessões da Junta de Freguesia de Barrancos (1928-1942), Acta de 8/12/1941.



Maria do
Remédios
Ramos, 2006,
foto da autora.

carga que levassem lá para a cantina(...) O meu pai cada carga que levavam recebia o recibo e logo vinha no sábado aqui a Barrancos, trazer os recibos a ele, para ele logo receber dos comerciantes (Manuel Guerreiro).

Em todas as vidas há um segredo e aqui também o havia. Eles (comerciantes) pagavam um X de jorna ao meu irmão, mas sempre puxavam para o bolso deles, e então nós que fazíamos, me preenchia de café, e aqui (dentro da roupa junto ao peito), metia coisas que eles precisavam lá, caixinhas de pedras de isqueiro, que pesavam muitíssimo, que se tivesse de andar a pé com elas não era capaz, mas ia montada. E logo as bestas tinham assim, que lhe chamavam encharca, uma tira grande com dois buracos que preenchíamos de café dentro, tapávamos e eu montava-me em cima, e aquilo não entrava na conta, está percebendo a senhora? Aquele ganho era para a gente (Maria dos Remédios Ramos).

Maria dos Remédios Ramos viveu junto à fronteira de Barrancos com Aroche (Huelva). O pai era empregado numa “cantina” e os irmãos dedicavam-se ao contrabando por conta do patrão e por conta própria. As suas memórias reflectem a vivência quotidiana na raia, entrelaçando a solidariedade e o negócio, porque se para uns o contrabando representou o sustento da família, para outros significou a acumulação de riqueza.

Estes (os comerciantes) não chegaram a ser senhores mas fizeram uma fortuna colossal, trocavam presuntos por café. (...) A gente levava farinha,

pão, arroz, massa e essas coisas, já não eram fazendas nem nada, e eles traziam o que podiam arranjar para poder trocar, uns brincos de ouro, e a prata deles valia mais que o nosso ouro. Quando da guerra de Espanha qualquer peça de prata que eles traziam era um exagero, traziam o que tinham, coitados, e levavam (Maria dos Remédio Ramos).

A gente sabe que às gentes que mexiam nisto lhes chamavam contrabandistas, mas praticamente os contrabandistas não éramos nós, aqueles que curvejávamos e trabalhávamos, o contrabandista era o comércio. Esses é que eram os próprios contrabandistas, e esses foram os que se lograram dessa vida, esses foram os que fizeram grandes fortunas. (Domingos Caiadas).

A actividade económica de exportação contribuiu para o enriquecimento dos comerciantes, foi fonte de receitas para os proprietários das terras, em que eram instaladas as cantinas, e para o município através do designado “Subsídio dos Exportadores”. Desta forma se assinala a transversalidade da actividade do contrabando na sociedade barranquenha, resultante da conjuntura socioeconómica internacional e do sistema latifundiário de exploração agrícola. As narrativas da experiência descrevem-nos perigos, denúncias, compromissos, fidelidades, cumplicidades, afectos, entretecendo a dimensão material e moral do sistema de trocas entre diferentes grupos sociais de ambos os lados da fronteira. Como salientou Valcuende del Rio (1998), no contrabando reproduziram-se as diferenças sociais, no sentido em que a maior ou menor capacidade de comercializar relacionava-se com a possibilidade de integrar outras actividades, que permitiam “branquear” os benefícios e encobrir os produtos importados. Esta perspectiva permite construir uma hierarquia liderada por comerciantes que, defendidos pela legalização do comércio de exportação, controlavam as redes de contrabandistas, assim como os mecanismos de escoamento das mercadorias, conectados com os representantes locais da GF. Num segundo estrato estariam os guardas fiscais que beneficiavam das benesses, provenientes do primeiro grupo, e os “profissionais de contrabando” por conta própria, organizados em redes de relações transfronteiriças.

Não era muito complicado a rede aqui. Havia gente do outro lado que tinha supermercados, um bar, restaurantes, hotéis, onde vendiam café, outros tinham clientes longe, Sevilha, Madrid, para venderem lá. E então, da mesma maneira que havia cá sete ou oito homens havia os mesmos sete ou oito homens do outro lado e havia vários grupos, não havia só um, havia muitos grupos. Houve um tempo, nesse tempo que estamos falando, que a



Carlos
Caçador
Durão, 2008,
foto da autora.

população de Barrancos... Quem não podia ou não estava com os grandes agrários, estava, tinha que estar, no café (Carlos Durão).²⁷

A prática do contrabando exige uma reflexão sobre as relações de poder entre os diferentes grupos sociais que constituem a estrutura social das sociedades rurais, que por sua vez se reflectiram na actividade do contrabando. Os proprietários rurais, detentores do poder económico e político, quando confrontados com a pressão do Estado na repressão do contrabando não apenas o reconheciam, como o justificavam pelos salários dos trabalhadores agrícolas “serem insuficientes para a sua manutenção e a dos seus, e com o contrabando auferirem maiores proventos, a ponto de levarem uma vida e uma situação desafogada.”²⁸ Em Barrancos, a convivência dos patrões com o contrabando dos seus assalariados rurais contribuiu não apenas para a melhoria das condições de vida de uma classe subalternizada, mas também para conter um descontentamento social que lhes poderia ser adverso. Quando um comerciante local afirmou que “até os ricos beneficiavam com o contrabando”, não se referia a uma intervenção directa no processo de transacções, mas aos benefícios sociais resultantes.

²⁷ Carlos Caçador Durão (Barrancos, 1933) filho de talhante, pequeno proprietário rural, e de mãe doméstica, teve 11 irmãos que desde jovens trabalharam no grupo familiar. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

²⁸ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Expedida, Governador Civil (1938-1952), Ref. 403, 11/11/42.

Eles não se importavam com o contrabando pois não tinham trabalho para empregar mais pessoas. E mesmo o senhor António Vasquez²⁹, mais do que o senhor Fialho, safou muita gente da prisão, que era um homem que tinha muita força aqui em Barrancos, era o homem da pasta, até mesmo presos em Espanha, ele telefonava para o Franco, que mandava lá, mas tratava-o por tu, não andava lá com coisas: “- Está uma pessoa chamada tal e tal presa, manda-o para Barrancos que ele é daqui!”. E ao outro dia estava o outro aqui (Agostinho Carvalho).

O senhor António Vasquez, que tinha tantos conhecimentos em Espanha como aqui em Portugal, era fora do vulgar. A minha mãe de madrugada foi a pedir-lhe, mais as outras mães, pois apanharam seis e os levaram a Huelva, e o senhor Vasquez disse-lhe: “- Vá para casa deitar-se que pela manhã, se Deus quiser, estão na fronteira!”, tal qual como ele disse. Minha mãe se veio e de manhã veio uma patrulha entregá-los à Guarda Fiscal na fronteira, e a guarda fiscal os trouxeram ao quartel, e assim que chegaram ao quartel já estava a ordem dada para que os mandassem para casa (Maria dos Remédios Ramos).

Eu acho que os patrões nesta terra, e os patrões nesta terra resume-se a três, quatro famílias, não eram mais que isso, viram que se eles não podiam dar outras condições às pessoas, e se as pessoas conseguiam encontrar uma forma alternativa complementar, ao esforço árduo do trabalho do dia conciliar o esforço da noite para terem algo mais. Os patrões aí foram um bocadinho cúmplices, permitiram e perceberam que se o faziam era porque precisavam, e os próprios que contrabandeavam tinham a noção desta cumplicidade (Nelson Brejano).

Os comerciantes dinamizaram as trocas comerciais na fronteira com avultados lucros, sustentados em grupos de contrabandistas à jorna, negociando e aliciando os representantes do Estado na fronteira, trocavam malas de duros e de pesetas nos cambistas da Baixa lisboeta. O investimento incidia na compra de terras, cientes do seu valor simbólico no meio rural, na educação dos filhos e em alianças matrimoniais com as elites locais e regionais. As classes subalternizadas encontraram no contrabando uma prática de sobrevivência, que

²⁹ António Vasquez Garcia foi proprietário rural, industrial e Presidente da Câmara de Barrancos (1934-1947), era cunhado de Sebastião Ramirez (ministro de Salazar) e relacionava-se com as elites políticas nacionais e espanholas, razão pela qual é recordado como “um homem de muito poder tanto em Portugal como em Espanha”.

permitiu superarem as dificuldades imediatas das famílias, e algumas pessoas conseguiram criar com os seus proventos alternativas económicas, ligadas ao comércio. Outras, conseguiram concretizar o sonho de comprar uma casa, um olival ou um ferragial, pagando-os com o risco de vida, com o suor e o medo “da própria sombra”, sob o corpo curvado por mochilas de 20 a 30 quilos. *De noite o contrabando, de dia o trabalho* é uma expressão recorrente usada pelos homens que, independentemente dos perigos, se dedicaram ao contrabando para superarem as carências familiares e as crises de desemprego.

Aqueles que eram mais seguros, mais orientadinhos, compraram um ou dois ferragiais, ou um bocadinho de terra, e quando vinham do contrabando cavavam ali, apanhavam a azeitona e tinham o seu porquinho, ou cabrinhas, quer dizer, o dinheiro do contrabando praticamente era para guardar, como esse tal Domingos Burgos, contrabandista de primeira gema, mas não o gastou mal gasto, esse indivíduo ganhou e juntou muito dinheiro. O contrabando para os cafés foi bom, para as mercearias foi bom, para aqueles indivíduos que compraram as suas parcelazinhas de terra foi bom (António Borralho).

Meus irmãos compraram uma casinha cada um, e meu pai comprou uma casinha que não tínhamos e dois ferragiais. (...) Os homens iam de noite com trinta quilos às costas, de café, mas não era a Encinasola, era mais longe, por aqueles matos (Andreia Pica).³⁰

O meu pai nessa altura já tinha comprado uma casa lá em baixo na Rua de Encinasola, num ano em que vendeu lá as ovelhinhas e aquela coisa, quando fazia um bocadinho de dinheiro, nesse tempo as casas aqui custavam meia dúzia de tostões. E tinha comprado a casinha porque o meu pai nessa altura também andava ao contrabando. A gente aqui só tinha de fazer com esta assim, e com a outra assim (movimento de juntar) para ver se arrebanhava alguma coisa (José Gaspar).

Os meus irmãos eram contrabandistas, iam lá muito longe a levar o café, e muitas vezes na metade do caminho se saíam os carabineiros e vinham para trás sem um bago. Coitadinhos, chegavam a casa mais tristes. (...) Aqui havia gente que fez muito dinheiro mas era com o suor dos outros. Esses que levavam ao ombro não, esses lhe davam um tanto. Isso era uma

³⁰ Andreia Jorge Pica (Barrancos, 1926) filha de trabalhadores rurais. Trabalhou no campo e como empregada doméstica. Excerto da entrevista realizada em casa de Maria José Bergano, em Barrancos, a 22/1/2008.

vida muito dura. (...) Meu pai nunca juntou para uma casa, mas os meus irmãos logo se tornaram emigrantes, casaram, e compraram aqui umas casinhas muito boas (Maria José Bergano).³¹

O que mais dinheiro ganhou aqui era esse que era primo irmão meu, o Manuel Gavino, esse ganhou muitíssimo dinheiro, mas depois tinha uma coisa, vinha a casa, chegava, metia-se na taberna e apanhava bebedeiras. (...) De maneira que aqui nenhum contrabandista fez fortuna, ganhavam muito de noite, mas gastavam mais de dia. E já não faziam mais nada, nem trabalhavam nem nada, era só levar contrabando, mas ganhavam muito dinheiro, só que depois não olhavam por ele. Sempre houve alguns que compraram uma casinha, mas foram poucos (Agostinho Carvalho).

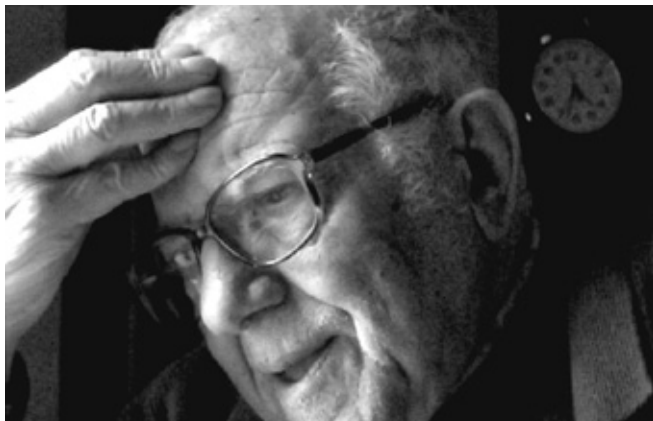
Não é na legalidade ou ilegalidade da actividade do contrabando que reside o debate ético, antes no comportamento dos homens. O vício da bebida ou do jogo é frequentemente apontado como um estigma, por os desviar das responsabilidades familiares. Como se o contrabando se tivesse tornado um fim em si mesmo, e não num recurso, que a situação de fronteira proporcionava a quem ali residia (Cunha, 2006). A precariedade económica dos trabalhadores à jorna, marcavam o compasso da vida “vivida ao dia”, no desempenho de actividades também elas contingentes. O desapego de alguns, relativamente aos ganhos do contrabando, revelava um comportamento semelhante a outras actividades profissionais que envolvem risco de vida, marcadas pela sorte e incerteza do regresso.

(...) Sabe, é como a vida do marítimo que vai para o mar e não sabe se volta, e houve aqueles que pensaram de uma forma e outros pensaram de outra, depende da forma de ser de cada um (Clemente Marques).

A intermitência no tempo e no espaço quotidiano, onde imperava o medo sobre um destino incerto, era celebrado nas tabernas entre o vinho e canto, mas no Casino do Estoril, em Lisboa, as elites “desbaratando o dinheiro fácil” dos proventos da guerra.

Houve muitos, nessa altura, que o que ganhavam aqui gastavam no Casino do Estoril em Lisboa. (...) O contrabando foi um aproveitamento

³¹ Maria José Caçador Bergano (Barrancos, 1932) filha de trabalhadores rurais, foi apadrinhada pelos proprietários da Herdade da Taberneira. Trabalhou no campo e como empregada doméstica. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 22/1/2008.



Clemente
Marques,
2008, foto da
autora.

não só de Barrancos mas de toda a zona fronteiriça, para com a miséria dos outros poder ganhar algum para poder sobreviver, senão emigrava... (Clemente Marques).

O grande negócio da guerra de Espanha foi aqui em Barrancos. Se compraram grandes propriedades, grandes lojas que se fizeram, grande capital (Maria dos Remédios Ramos).

A guerra de Espanha lhes deu uma vida muito boa, e também ao povo nosso, porque Barrancos estava morto e os comerciantes também. O bairro onde eu moro foi feito com a guerra de Espanha, tanto que lhe puseram o nome de Franco, era o nome da minha rua, logo é que mudaram para rua de Espanha (Manuel Guerreiro).

No processo de interacção social entre populações fronteiriças o contrabando ganhou expressão como “instituição”, ao construir uma rede de relações baseada na troca de bens e de valores, remetendo-nos para a análise das relações de amizade, onde os valores da lealdade, da confiança e da integridade foram determinantes. Em Barrancos as memórias do contrabando estão ancoradas na necessidade e na oportunidade de negócio proporcionada pelas guerras, justificando a sua transversalidade social através de uma espécie de mito unificador da comunidade, independentemente das desigualdades sociais e da exploração real.

ALGUMAS PERPLEXIDADES

As populações raianas transformaram a fronteira num recurso económico, por meio de redes de relações sociais que esbateram as diferenças nacionais impostas pelos estados ibéricos. Paralelamente a uma “fronteira política”, cerrada e vigiada, permaneceu aberta uma “fronteira quotidiana”, de trocas materiais e simbólicas ciclicamente reactivada pelas conjunturas económicas e políticas. Na atualidade os municípios raianos procuram superar a situação periférica recuperando modos de vida do passado associados à fronteira. Paradoxalmente, foram os Estados que erigiram as fronteiras por interesses políticos que decidiram a sua abolição por interesses económicos. Os saberes inerentes à prática do contrabando, transmitidos de geração em geração, perderam a sua utilidade quotidiana e foram convertidos em patrimónios culturais e identitários das comunidades raianas, ao serviço do turismo e do lazer (Silva 2007; Cunha 2010; Rovisco, 2011; Hernández-Ramírez, 2017). Como assinalou Manuel Castells (1998), as identidades culturais constroem-se com materiais da história, da geografia, das instituições produtivas e reprodutivas, e com a memória coletiva a que os grupos sociais atribuem sentido, segundo os projetos culturais implantados na estrutura social ao longo do tempo (Castells, 1998: 29). A produção simbólica assente na lógica consumista consolidou valores e práticas que sustentam imagens, mensagens, estilos de vida e culturas hegemonicamente articuladas. Como atração turística o contrabando foi despojado das suas formas subversivas, como atividade oculta, perigosa e incerta, e convertido num produto atrativo e consumível, por meio da monumentalização, musealização e criação de rotas e percursos pedestres que atraem os forasteiros.

Em Oliva de la Frontera o monumento aos mochileiros e o Centro de Interpretación de la Frontera, integrado na rede de turística de museus Redex, reúne um conjunto de materiais e testemunhos que procuram estabelecer a continuidade das relações de amizade, cooperação e fraternidade com os vizinhos de Barrancos. Em 2005, o Club de Senderismo Los Mochileros, dedicado a actividades desportivas e culturais, reconstruiu o passado num formato lúdico e atualizado. “El Camino de los Contrabandistas” é uma “manera diferente de hacer deporte y conocer la naturaleza”, através de uma caminhada que integra uma visita ao Monumento dos Mochileros, ao Quartel de Carabineros, ao rio Ardila e ao Molino de las Dos Piedras, lugares que faziam parte da rota do contrabando com os vizinhos de Barrancos. O percurso destinado a urbanitas, atraídos pelos imaginários de um mundo rural desaparecido, obscureceu as



Monumento aos Mochileros, Oliva de la Frontera, 2016, foto da autora.

complexidades e as carências de um tempo que permanece incorporado nos corpos e na memória de uma geração em declínio.

A centralidade da imagem, da representação e do espectáculo, como características da contemporaneidade, é marcada pela realidade fragmentada, a subjetividade e a arbitrariedade na escolha dos parâmetros constitutivos. O passado transforma-se assim em um “artefacto do presente”, com atributos configurados pelos gostos de hoje, e as suas peculiaridades são domesticadas pela própria preservação dos vestígios selecionados (Lowenthal, 1998). Mas para que o presente possa usufruir dessa herança cultural é preciso que a memória seja articulada e retomada, com o fito de construir uma história e, dessa forma, fazer uso do “tesouro perdido”. Ao ser construído, inventado e negociado como fonte de identidade e património cultural, este passado autenticado procura responder às inquietações do presente, por meio de “práticas possíveis” (Godinho, 2017). As práticas possíveis estão ancoradas nas experiências e expectativas dos agentes locais, na capacidade de organização e nas redes de relações sociais que expandem os horizontes de esperança. Nesta perspectiva, os usos e representações da prática do contrabando no presente ajudam a explicar as relações de ordem política e social que conduzem à edificação de um “passado utilizável”, na construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. (1998), *El poder de la identidad. La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura*. Vol. II. Madrid: Alianza Editorial.
- CAIRO, H. (org.) (2018), *Rayanos y Forasteros: Fronterización e identidades en el Limite Hispano-Portugués*. Madrid: Plaza y Váldes Editores.
- CUNHA, L. (2010), “A memória como património: da narrativa à imagem”. Em *Los Lindes del Patrimonio. Consumo y Valores del Pasado*, (coord.) Del Mármol, Camila, Joan Frigolé e Susana Narotzky. Barcelona: Icaria, pp. 235-249.
- (2006), *Memória Social em Campo Maior*. Lisboa: Don Quixote.
- CUTILEIRO, J. (2004 [1971]), *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FREIRE, D.; FONSECA, I.; GODINHO, P. (coord.) (2004), *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica: século XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- GODINHO, P. (2017), *O Futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis*. Lisboa: Letra Livre.
- (2011), *Oír o Galo cantar Dúas Veces*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, J. (2017), “Turismo en la frontera: patrimonialización y cooperación transfronteriza en una periferia de la Unión Europea”. *Etnográfica*, vol. 21 (2), 2017, pp. 385-409.
- LOWENTHAL, D. (1998). *El pasado es un país extraño*, Madrid: Akal.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan (1968), *La Estabilidad del Latifundismo*. Paris: Ediciones Ruedo Ibérico.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1998), *Portugal. O sabor da terra. Baixo Alentejo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MEDINA, E. (2005), *Contrabando en la Frontera de Portugal. Orígenes, Estructuras, Conflicto y Cambio Social*. Madrid: Universidad Complutense, Servicio de Publicaciones.
- MONCUSÍ FERRÉ, A. (2003) *¿Mitad de Francia, mitad de España o Cerdanya catalana? Fronteras, identidades nacionales y espacios de sociabilidad en una comarca del Pirineo*. Universitat Rovira i Virgili, Departament d'Antropologia Social i Filosofia:

- PUJADAS MUÑOZ, J.; MARTÍN DÍAZ, E.; BRITO, J. P. de (ed.) (1999), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*. Santiago de Compostela, Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español /Asociación Galega de Antropoloxia.
- ROVISCO, E. (2013), *“Não Queirais ser Castelhana”: Fronteira e Contrabando na Raia da Beira Baixa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- (2011) “Fronteira e turismo no ‘concelho mais português de Portugal’”. *Geopolítica(s)* 2 (1): 91-107.
- SALVADO, Pedro Miguel Neto dos Santos Forte (1996), *Relações transfronteiriças na raia do concelho de Idanha-a-Nova: tempos, espaço e memória*. Dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, FCSH-UNL (policopiado).
- SCOTT, J. C. (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press.
- SILVA, L. (2007), “Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal”. *Análise Social*, XLII (184): 853-874.
- SIMÕES, D. (2013). *Frontera y Guerra Civil de España. Dominación, resistencia y usos de la memoria*. Badajoz (prefacio de Francisco Espinosa Maestre), Badajoz: Diputación de Badajoz.
- VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (1998), *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas: Interacción Social, Discursos Políticos y Procesos Identitarias en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*. Sevilla: Fundación Blas Infante.